

P/ Daniel

O CONTEÚDO POLÍTICO DO II PLANO SEMESTRAL

(PROPOSTA DA SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL)

I - Avaliação do Primeiro Plano Semestral

Em sua relação macro-política o Primeiro Plano Semestral correspondeu (e obteve um relativo sucesso) na realização de uma tática que visava criar as condições mínimas de governabilidade e legitimidade. Tratava-se de construir um perfil de governo - no seu sistema de alianças e em seu programa imediato - capaz de neutralizar o cerco da direita, que esperava por obter vantagens políticas de um governo estreito e isolado, ou seja: incapaz na realização de um projeto para a disputa global da Cidade. O primeiro Plano Semestral, de caráter emergencial, respondeu politicamente a isso. Foram criados fatos políticos que romperam com a lógica espontânea. O Governo, embora limitado pela crise nas finanças e contando ainda a sua inexperiência de trabalho planejado, retomou uma prática de ofensividade.

Em sua metodologia - que realiza a interconexão entre o conteúdo da política e a capacidade da máquina de realizá-la - foi rica a experiência do Primeiro Plano Semestral, da qual será imprescindível uma recomposição crítica e autocrítica, visando a potencialização máxima do Segundo Plano Semestral e sua relação com a construção estratégica de um Governo Popular.

O Plano Semestral, embasado na experiência do planejamento estratégico enfrentou:

a) A rotina anti-popular e os procedimentos viciados, corporativizados da Administração Municipal. Sua relação perversa com a massa popular, seu deserviço e inchaço, a ineficiência da máquina pública com quadros funcionais e técnicos (com muitas exceções) forjados pela cultura de governos descomprometidos com a maioria da população da Cidade.

O Plano Semestral enfrentou, portanto, esta lógica espontânea absorvedora do sujeito frente às rotinas e procedimentos cristalizados;

.....

.....

b) Enfrentou também a tecnocracia embasada numa concepção de planejamento sistêmico e normativo, onde o político é um dado exógeno, onde sobrepõe normas técnicas à realidade concreta, normas originárias de diferentes vertentes do pensamento e econômico e administrativo.

O Plano Semestral enquanto expressão do pensamento estratégico, o político é um dado endógeno e onde o resultado da relação imagem e objetivo pressupõe necessariamente os conflitos, a incerteza dependente da capacidade das forças de gerar dinamicamente viabilidade para seus projetos numa realidade complexa e contraditória e, não apenas ser a tradução e resultado de uma razão instrumental-técnica, que por normas ideais buscam aprisionar a realidade e a ação do governo em normatizações dedutivas de tratamento técnicos racionais.

Os duzentos e um projetos do Plano Semestral de 89, vinculados ao eixo que visava, nesta primeira experiência, potencializar as rotinas ordinárias das secretarias, departamentos, e empresas, com uma rede própria de integração horizontal, surge como um agente "subversivo" frente a perversidade espontânea da máquina. Os projetos articulados no Plano rompia a relação de corpos autônomos e vinculava - no governo - todos nos projetos de todos. Cada projeto tem sua gerência própria, um coordenador responsável pela sua execução, retirando-o da rotina tradicional da máquina.

Cada Secretaria, empresa ou departamento tem um COORDENADOR POLÍTICO GERAL, responsável pela integração geral do Plano na sua secretaria e nos órgãos afins. Este coordenador - determinado pelo secretário, presidente ou diretor de departamento, como quadro político de sua confiança e da confiança do governo - participou da Coordenação Política Geral do Plano Semestral, vinculado diretamente à Secretaria do Governo.

Nesta primeira experiência não foi fácil a disputa com a força centrípeta da máquina, a disputa com o estilo tecnocrático sistêmico que via na experiência (corretamente) um confronto as suas concepções normativas, na disputa no interior do governo que fez com que tivéssemos um acompanhamento paralelo à concepção estratégica ou no que podemos chamar de poder compartilhado, entre concepção normativa e estratégica.

.....

.....

As energias desgastadas pela disputa e com a situação financeira da Prefeitura, a novidade e o ineditismo da experiência fez com que o acompanhamento de projetos de áreas afins, os relatórios de acompanhamento estratégico embasados em elementos políticos mais endógenos ficou aquém do esperado. Também o funcionamento da Coordenação Política do Plano Semestral, apesar de se firmar como instância qualificada, ainda está precária e deve ser potencializada para este Segundo Plano Semestral.

.....

II - A Marca política do Segundo Plano Semestral:

Se no primeiro ano de governo optamos conscientemente para enfrentar o cerco da burguesia (que não foi implementado), rompendo com a imagem de que a esquerda é incompetente e estreita, neste segundo semestral devemos buscar a marca da legitimidade popular, inflexionando a totalidade do governo mais a esquerda para enfrentar os desafios estratégicos futuros.

Não se trata de potencializar apenas as secretarias que se envolvem com as periferias, e sim todo o governo que mantém os projetos de longo prazo (distrito industrial, Guaíba Vive, reforma do centro) e a manutenção qualificada dos serviços em toda a cidade, voltemos nossas forças com determinação superior para as camadas populares da cidade.

Para tanto, não basta apenas a vontade (macro política) e sim também a determinação de romper com a paralisia de parte substancial do corpo burocrático e a falta de agilidade e de resposta da "máquina pública", sempre em busca de dificuldades técnicas para legitimar a rotina. A agilidade pressupõe ruptura com rotinas burocratizadas, e enfrentamentos com um estilo de trabalho que buscam pela síndrome de carimbos e rubricas excessivas, a realização de seu poder imprimindo uma relação perversa da "máquina pública" com a cidade e a nossa vexaminosa e insuficiente capacidade de resposta.

Devemos aproveitar este novo desafio - para enquanto um laboratório possamos agir frente à "máquina pública", um acompanhamento sistemático para racionalizar rotinas, integrar manutenção de obras e serviços afins, romper com hierarquizações excessivas, e portanto, implementar uma reforma administrativa vinculada à experiência concreta do Plano Semestral e sua marca popular.

Os projetos devem se distribuir nas microrregiões e vilas populares potencializando a organização popular, onde juntamente com a participação da comunidade possamos também de fora para dentro enfrentar o desafio de respostas e de disputa com cristalizações da máquina.

.....

.....

Neste sentido, todas as secretarias e órgãos já designaram o assessor comunitário que juntamente com os coordenadores dos escritórios regionais integrarão a Coordenação Comunitária do Gabinete do Prefeito em reuniões ordinárias e extraordinárias, enquanto um fórum sistemático. A assessoria comunitária deverá estar bastante integrada à Coordenação Política do Plano Semestral (geral e setorial).

Nossa intenção é mobilizarmos amplamente as parcelas populares da cidade - nas microrregiões e vilas populares - e executar obras pequenas e médias que visam soluções imediatas principalmente para as vilas populares, com soluções originais e criativas em todos os planos tanto das necessidades mais imediatas (um amplo programa de saneamento e obras) como no campo do lazer popular, da cultura e da informação.

III - Quanto à implementação do Segundo Plano Semestral

Um dos acúmulos de nossa experiência é de que o Plano Semestral tenha um plano de implementação política, que rompa com o poder compartilhado, para isto:

1 - O Plano Semestral deve - a partir da proposta política e da concepção estratégica - se embasar no Plano Trienal e no acúmulo de sua discussão. O Plano Trienal, por sua natureza é menos flexível, possui um fôlego que ultrapassa os semestres e mesmo o ano. Neste sentido, o Plano Semestral deve ser uma dedução tático-flexível do trienal, com forte hierarquia da marca popular.

2 - No Plano Semestral, devemos ter projetos que se integrem com outras áreas afins por exemplo: um programa de saneamento (envolvendo o lixo, a saúde, a pavimentação, esgoto, etc.). Deverão ter projetos que continuarão posteriormente no segundo semestre. Neste caso, os projetos deverão registrar em discussão coletiva, qual será a etapa a ser cumprida neste semestre, e projetos que concluem no semestre, o qual devem ser a ampla maioria.

3 - É fundamental separarmos os projetos do Plano Semestral, das tarefas vinculadas com a manutenção tradicional dos

.....
serviços. Na verdade são projetos de obras ágeis, programas inovadores com a marca popular.

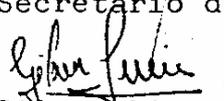
4 - O Plano Semestral terá como no ano anterior uma gerência política coordenada pelo Secretário do Governo, equipe que será responsável pelo plano de implementação política do Plano Semestral, pela articulação dos Coordenadores Políticos e da relação do Plano Semestral com a Coordenação comunitária do Gabinete do Prefeito.

5 - Os Coordenadores Políticos devem ter o perfil de quadros qualificados da confiança do governo, que represente o Secretário ou Diretor de Departamento ou Presidente de Empresa, com dedicação privilegiada para a coordenação de implementação e acompanhamento do Plano Semestral.

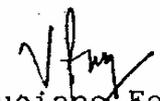
6 - Deverá ser constituída em todos os Departamentos, Secretarias e Empresas o(a) assessor(a) comunitário(a), que deverá integrar a reuniões periódicas gerais a Coordenação Comunitária do Gabinete do Prefeito. Estes assessores devem ter uma relação estreita com a Coordenação Política do Plano Semestral (setorial ou geral).

7 - Os projetos (os programas e as obras) devem levar em consideração a discussão com a comunidade (ou as comunidades) potencializando sua auto-organização. Deverão ao estar prontos (na sua primeira versão) dentro do prazo estipulado (até o final de dezembro) para que possamos, ainda em janeiro, discutir com os representantes das microrregiões e das vilas populares e para que no final de janeiro possamos apresentar nosso II Plano Semestral e em fevereiro comecemos, com força total a implementação prática do Plano.

Tarso Genro,
 Secretário do Governo Municipal.


 Gilson Lima,

Coordenador Político da SGM.


 Luciano Fedozzi,

Assessor p/assuntos especiais.